

PMS / FMLF	
BIBLIOTECA	
Jornal: <i>Povo da Bahia</i>	
Data: <i>19/08/2012</i>	
Caderno: <i>Mais</i>	Página: <i>24/25</i>
Assunto: <i>CENTRO HISTÓRICO</i> <i>PELOURINHO</i>	

Salvador Centro Histórico

Paredão de dívidas

EVANDRO VEIGA

Comerciantes e moradores devem R\$ 10 milhões ao Ipac no Pelourinho

Alexandro Mota

alexandro.silva@redabahia.com.br

Uma dívida de aproximadamente R\$ 10 milhões divide o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) e os comerciantes e moradores de 147 dos 235 imóveis do Centro Histórico de propriedade do órgão.

O montante, acumulado ao longo dos últimos 20 anos, formou-se devido ao não pagamento da taxa mensal de concessão pública para ocupação dos imóveis.

“Comerciante nenhum é feliz devendo, isso tumultua sua vida particular inteira. Mas as condições estão difíceis no Pelourinho. Falta mídia positiva, o baiano tem preconceito contra o Centro Histórico, as pessoas não querem vir para cá”, afirma Rita Maria Dorotéia, 58 anos, dona de uma loja de chocolates.

“Já cheguei a ter 20 funcionários, hoje são três, isso é reflexo da baixa no comércio”, diz a empresária, cuja dívida com o Ipac já ultrapassa os R\$ 40 mil.

Sua posição é apoiada pela chefe de cozinha Dadá, que mantém no Pelourinho o restaurante Sorriso da Dadá. “Eu tinha um comércio que vendia R\$ 160 mil e hoje só vende R\$ 2 mil. Não tem como pagar as contas. Nem os funcionários dá pra pagar direito”, reclama umas das quituteiras mais famosas da Bahia.

Ela diz já ter perdido as contas da dívida com o Ipac, que deixou de pagar há cerca de quatro anos. “E olhe que eu ainda tenho um pouquinho mais de clientes, por ser conhecida. Mas somos pequenos e não grandes empresários, precisamos de apoio”, diz.

A taxa de concessão que os ocupantes dos imóveis deve-



Comerciantes alegam que calote do pagamento da taxa de concessão por uso do imóvel se deve ao baixo movimento no Centro Histórico

riam pagar ao Ipac varia entre R\$ 30 e R\$ 900, segundo a diretora administrativa do Instituto, Vicenza Berbert.

COBRANÇA Como a concessão é considerada uma “locação social”, o Ipac aplica o valor de R\$ 8 por metro quadrado, menos da metade do que o mercado imobiliário cobra.

“Após vencer todas as formas administrativas de fazer a cobrança, acionamos a Justiça. O Estado tem ganhado as causas, mas a morosidade do próprio processo e os recursos fazem com que nada se resolva”, explica Vicenza.

A cobrança das dívidas de 30 contratos está sendo feita através da Justiça desde 2002. Já foram feitas três negociações, sem sucesso.

A Associação de Comerciantes do Centro Histórico (Aco-pelô) propõe abatimento de 95% da dívida, mas para o Ipac isso seria uma negação de receita, com implicações na Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Isso se dá pelo apagão de oito anos que o Centro Histórico vem passando. Apagão

turístico, cultural, de infraestrutura e segurança. É uma realidade que o Estado não pode se omitir, é de sua responsabilidade”, diz Lenivaldo Cunha, presidente da Aco-pelô.

“Modéstia à parte, tenho o melhor ponto do Pelourinho. Mas com esses problemas fui obrigado a fechar o 2º andar e, só com isso, demiti oito funcionários”, conta Clarindo Silva, dono do restaurante Cantina da Lua, no Terreiro de Jesus. Clarindo é uma das figuras do Pelourinho que mais levantam a bandeira da revitalização. Mas anda desesperançoso. “Se me perguntam: ‘Como está, Clarindo?’ Eu digo que é na resistência. Na raça e, principalmente, fé”.

Com o crescimento dos débitos, há estabelecimentos sem água e outros sem energia, como é o caso do próprio Clarindo (veja ao lado). Até quem consegue honrar as dívidas, como a comerciante Regina Lúcia, 55 anos, relata que é preciso cortar os gastos. “Para pagar ao Ipac, já tirei o telefone e economizamos o máximo a energia”, conta.

“Meu comércio vendia R\$ 160 mil e hoje só vende R\$ 2 mil. Não tem como pagar as contas

DADÁ, dona de restaurante no Pelourinho

“O Estado tem ganhado as causas, mas os recursos fazem com que nada se resolva

VICENZA BERBERT, diretora administrativa do Ipac

147

IMÓVEIS concedidos pelo Ipac estão com dívidas em aberto. O órgão é dono de 235 casarões na área do Centro Histórico

R\$ 30

MENOR TAXA de concessão dos imóveis do Ipac. A depender do tamanho, valor mais alto para ocupação de casarão é R\$ 900



Apresente seu Cartão Clube Correio e adquira ingressos com 20% de desconto* na bilheteria do Bahia Café Hall. O desconto é válido sobre o valor da meia-entrada.



SEU JORGE MAGARY
BAHIA CAFÉ
25.08

Horário 22hs

Contato: 2104 9222



20

Uma dívida de aproximadamente R\$ 10 milhões divide o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) e os comerciantes e moradores de 147 dos 235 imóveis do Centro Histórico de propriedade do órgão.

O montante, acumulado ao longo dos últimos 20 anos, formou-se devido ao não pagamento da taxa mensal de concessão pública para ocupação dos imóveis.

“Comerciante nenhum é feliz devendo, isso tumultua sua vida particular inteira. Mas as condições estão difíceis no Pelourinho. Falta mídia positiva, o baiano tem preconceito contra o Centro Histórico, as pessoas não querem vir para cá”, afirma Rita Maria Dorotéia, 58 anos, dona de uma loja de chocolates.

“Já cheguei a ter 20 funcionários, hoje são três, isso é reflexo da baixa no comércio”, diz a empresária, cuja dívida com o Ipac já ultrapassa os R\$ 40 mil.

Sua posição é apoiada pela chefe de cozinha Dadá, que mantém no Pelourinho o restaurante Sorriso da Dadá. “Eu tinha um comércio que vendia R\$ 160 mil e hoje só vende R\$ 2 mil. Não tem como pagar as contas. Nem os funcionários dá pra pagar direito”, reclama umas das quituteiras mais famosas da Bahia.

Ela diz já ter perdido as contas da dívida com o Ipac, que deixou de pagar há cerca de quatro anos. “E olhe que eu ainda tenho um pouquinho mais de clientes, por ser conhecida. Mas somos pequenos e não grandes empresários, precisamos de apoio”, diz.

A taxa de concessão que os ocupantes dos imóveis deve-



Comerciantes alegam que calote do pagamento da taxa de concessão por uso do imóvel se deve ao baixo movimento no Centro Histórico

riam pagar ao Ipac varia entre R\$ 30 e R\$ 900, segundo a diretora administrativa do Instituto, Vicenza Berbert.

COBRANÇA Como a concessão é considerada uma “locação social”, o Ipac aplica o valor de R\$ 8 por metro quadrado, menos da metade do que o mercado imobiliário cobra.

“Após vencer todas as formas administrativas de fazer a cobrança, acionamos a Justiça. O Estado tem ganhado as causas, mas a morosidade do próprio processo e os recursos fazem com que nada se resolva”, explica Vicenza.

A cobrança das dívidas de 30 contratos está sendo feita através da Justiça desde 2002. Já foram feitas três negociações, sem sucesso.

A Associação de Comerciantes do Centro Histórico (Acopelô) propõe abatimento de 95% da dívida, mas para o Ipac isso seria uma negação de receita, com implicações na Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Isso se dá pelo apagão de oito anos que o Centro Histórico vem passando. Apagão

turístico, cultural, de infraestrutura e segurança. É uma realidade que o Estado não pode se omitir, é de sua responsabilidade”, diz Lenivaldo Cunha, presidente da Acopelô.

“Modéstia à parte, tenho o melhor ponto do Pelourinho. Mas com esses problemas fui obrigado a fechar o 2º andar e, só com isso, demiti oito funcionários”, conta Clarindo Silva, dono do restaurante Cantina da Lua, no Terreiro de Jesus. Clarindo é uma das figuras do Pelourinho que mais levantam a bandeira da revitalização. Mas anda desesperançoso. “Se me perguntam: ‘Como está, Clarindo?’ Eu digo que é na resistência. Na raça e, principalmente, fé”.

Com o crescimento dos débitos, há estabelecimentos sem água e outros sem energia, como é o caso do próprio Clarindo (veja ao lado). Até quem consegue honrar as dívidas, como a comerciante Regina Lúcia, 55 anos, relata que é preciso cortar os gastos. “Para pagar ao Ipac, já tirei o telefone e economizamos o máximo a energia”, conta.

“Meu comércio vendia R\$ 160 mil e hoje só vende R\$ 2 mil. Não tem como pagar as contas

DADÁ, dona de restaurante no Pelourinho

“O Estado tem ganhado as causas, mas os recursos fazem com que nada se resolva

VICENZA BERBERT, diretora administrativa do Ipac

147

IMÓVEIS concedidos pelo Ipac estão com dívidas em aberto. O órgão é dono de 235 casarões na área do Centro Histórico

R\$ 30

MENOR TAXA de concessão dos imóveis do Ipac. A depender do tamanho, valor mais alto para ocupação de casarão é R\$ 900

Shows

Apresente seu Cartão Clube Correio e adquira ingressos com 20% de desconto* na bilheteria do Bahia Café Hall. O desconto é válido sobre o valor da meia-entrada.

SEU JORGE MAGARY

BAHIA CAFÉ

25.08

Horário 22hs

Contato: 2104 9222

Vendas no cartão

Realização:

20% de desconto

*É obrigatória a apresentação do cartão Clube Correio e documento de identidade no acesso ao evento. Benefício pessoal e intransferível.